

**ATA DA 1373ª REUNIÃO DO CONSELHO DEPARTAMENTAL DA ESCOLA DE
MINAS REALIZADA EM 14 DE JUNHO DE 2016**

1 Aos quatorze dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis, às dez horas e vinte
2 minutos, no Auditório Fundação Gorceix da Escola de Minas, *Campus* Morro do Cruzeiro,
3 deu-se início à 1373ª Reunião do Conselho Departamental da Escola de Minas, sob a
4 Presidência do Prof. Issamu Endo, com a presença dos conselheiros: Alan Kardek Rego
5 Segundo, Alberto de Freitas Castro Fonseca, Antônio Luciano Gandini, Carlos Alberto
6 Pereira, Geraldo Donizetti de Paula, Hermínio Arias Nalini Júnior, José Aurélio Medeiros da
7 Luz, José Geraldo Arantes de Azevedo Brito, Karine Gonçalves Carneiro, Leonardo Barbosa
8 Godefroid, Luiz Antônio Bortolaia, Marco Antônio Fonseca, Milton Realino de Paula, Paulo
9 Marcos de Barros Monteiro, Romero César Gomes, Rosa Malena Fernandes Lima, Sandra
10 Maria Antunes Nogueira. Justifica-se a ausência dos professores Frederico Garcia Sobreira,
11 que foi acompanhar o filho em um procedimento médico, e Otávia Martins Silva Rodrigues.
12 Havendo quórum, o Presidente deu início aos trabalhos passando ao item **EXPEDIENTE: 1.**
13 **Posse de representante docente.** O Presidente chamou à frente o Prof. Paulo Marcos de
14 Barros Monteiro, eleito representante dos docentes do DECAT, e leu o termo de posse, que
15 foi assinado por ambos. Registra-se a chegada do Prof. Agnaldo José da Rocha Reis. **2.**
16 **Comunicações. Do Presidente: i.** Foi enviado para os chefes de departamento o ofício da
17 PROPLAD que trata da sinalização das áreas pertencentes a cada departamento. Os chefes de
18 departamento terão um prazo até o dia 21/06 para entrega do plano de sinalização. **ii.** Foi
19 encaminhada uma solicitação do gabinete do Reitor proposta da Comissão Estatuinte do novo
20 Estatuto e Regimento da UFOP, que será discutida na reunião do CUNI do dia 27 de junho, e
21 haverá uma assembleia geral no dia 06 julho para análise. Assim, solicitou aos chefes que
22 discutam o assunto nas assembleias departamentais para trazer contribuições. Registra-se a
23 chegada do Prof. Ernani Carlos de Araújo. **A Prof. Elisângela** comunicou que foi convidada
24 para coordenar o próximo Fórum de Ciência e Tecnologia da Escola de Minas, que será
25 realizado no período de 05 a 07 de outubro, cujo tema será Economia Mineral, Tecnologia e
26 Inovação para uma Mineração Sustentável. Mencionou que o objetivo é fazer a integração de
27 todos os departamentos e se dispôs a enviar material sobre o evento a todos para análise. Fez a
28 sugestão de que cada departamento fique responsável por um subtema. Registra-se a chegada
29 da Prof.^a Monique Sanches Marques. A Prof. Elisângela informou que esse projeto já foi
30 enviado ao CNPQ, será enviado à FAPEMIG e a coordenação do evento precisa de nomes
31 para as três palestras principais. Registra-se a chegada do Prof. Luiz Cláudio Cândido. **3.**
32 **Análise e deliberação sobre o texto da ata da reunião realizada em 24.05.16.** O Prof.
33 Frederico Garcia Sobreira enviou por e-mail a sugestão de retirar o comentário do Prof.
34 Romero, às linhas 178 a 180, a qual foi corroborada pelo próprio Prof. Romero. Colocada em
35 votação, a ata foi aprovada com quatro abstenções. **ORDEM DO DIA.** O Presidente solicitou
36 a inclusão da solicitação de afastamento das professoras do DEPRO como item 8 desta pauta,
37 o que foi aceito pelos presentes. **1. Homologação de mudanças propostas pela PROGRAD**
38 **ao PPP do curso de Engenharia Urbana aprovado pelo CDEM.** O Presidente resumiu as
39 sugestões de alterações feitas pela PROGRAD. Registra-se a chegada do Prof. Francisco de
40 Assis das Neves. O Prof. Alberto perguntou se as modificações foram divulgadas para os
41 conselheiros e se a solicitação de alteração ao Projeto Político-pedagógico ficou documentada
42 pela PROGRAD. Questionou ainda como seria possível julgar se as alterações atenderam às
43 sugestões da PROGRAD sendo que o parecer da PROGRAD não foi divulgado. O Prof. José
44 Geraldo afirmou que o Prof. Alberto estava colocando em xeque a idoneidade do diretor de
45 ter incluído ou não a sugestão da PROGRAD nas alterações. O Prof. Alberto respondeu que
46 está apenas registrando uma impropriedade na condução do assunto e não questiona a
47 idoneidade do diretor. Afirmou que esteve na reunião do CEPE e que a expressão usada pelo
48 Prof. José Geraldo pode ser empregada para qualificar o que houve na reunião do CEPE, o
49 qual solicitou nova análise de mérito desse projeto. Acrescentou que percebe um tratamento
50 estranho nessa questão e, quando o projeto voltar ao CEPE, parecerá que o CDEM o analisou.



**ATA DA 1373ª REUNIÃO DO CONSELHO DEPARTAMENTAL DA ESCOLA DE
MINAS REALIZADA EM 14 DE JUNHO DE 2016**

51 O Presidente respondeu que o projeto aprovado seguiu para o CEPE e deveria ser analisado
52 pela PROGRAD. Assim, o Reitor nomeou uma comissão constituída por Luciano Campos da
53 Silva, representando a Pró-reitoria de Graduação, Issamu Endo, representando a Escola de
54 Minas, e Raquel do Pilar Machado, representando o ICEB, para dar prosseguimento ao
55 processo de criação do curso de Engenharia Urbana. O Presidente leu o parecer da
56 PROGRAD. O Prof. Alberto disse que a fala do Presidente é importante porque corrobora a
57 confusão nos procedimentos administrativos, uma vez que foi enviada aos conselheiros uma
58 proposta de alteração da PROGRAD, mas foi lido o parecer da comissão do CEPE. Ele
59 questionou se está em discussão a alteração solicitada pela PROGRAD ou pela comissão do
60 CEPE e acrescentou que o parecer da comissão foi retirado de pauta na reunião do CEPE. O
61 Presidente argumentou que foi retirado para que retornasse ao CDEM. O Prof. Alberto
62 insistiu que foi retirado por não ter sido aprovado por este conselho e que não foi divulgada a
63 documentação do que deveria ou não ser aprovado, porque o documento enviado já estava
64 filtrado. Registrou ainda que foi retirado de pauta na reunião do CEPE para que na próxima
65 reunião seja discutido o mérito da questão, ou seja, o mérito está sendo questionado pelo
66 CEPE. O Presidente refutou que o mérito não está sendo questionado e sim que o CEPE, antes
67 de analisar o mérito, solicitou que as mudanças fossem aprovadas por este conselho. Declarou
68 que as pequenas mudanças não alteram o conteúdo do projeto, pois foram apenas questões de
69 forma para atender a uma norma do MEC. O Prof. Alberto insistiu que há divergência de
70 interpretações sobre a maneira como o CEPE conduziu o assunto. Deixa claro que será feita
71 neste conselho uma votação sem entender tudo o que foi solicitado pela comissão do CEPE,
72 além do que foi solicitado pela PROGRAD, e considera isso relevante. O Presidente reiterou
73 que o Projeto Político-pedagógico está sofrendo adequações de acordo com o entendimento
74 do NAP, sendo portanto, o motivo de trazer a este Conselho, por deliberação do CEPE, as
75 propostas de mudanças ao PPP. O Prof. José Geraldo argumentou que não cabe ao CDEM
76 discutir o que um conselho superior deliberou. Para esta reunião, foi solicitado que um projeto
77 já aprovado neste conselho e que sofreu três alterações fosse homologado aqui. Futuramente,
78 sobre o que o CEPE decidir, poderá ser feita uma discussão. Salientou que considera muito
79 estranho trazer para o CDEM alterações de forma e regimentais que o próprio CEPE poderia
80 fazer, por ser superior. O Prof. Francisco de Assis entende que o CDEM é de natureza
81 dinâmica. Disse que participou das discussões no DECIV, o qual foi afetado por esse Projeto
82 Político-pedagógico, e que existem disciplinas do DECIV que estão sendo replicadas nesse
83 projeto. Apontou que esse processo atropelou o departamento, pois o CDEM não consultou o
84 DECIV. O Prof. Geraldo informou que o DECIV entrou com recurso junto ao CEPE pedindo
85 para ser ouvido, mas não obteve resposta. O Prof. Alberto alegou que essas duas
86 manifestações retomam o assunto da pauta, que o CEPE está questionando o CDEM. O
87 Presidente afirmou não ser verdade, pois o CEPE apenas solicitou que as mudanças sejam
88 referendadas pelo CDEM, e acrescentou que esse trabalho não foi feito de forma açodada,
89 repentina, tendo sido cumpridos todos os procedimentos solicitados ao CDEM, em acordo
90 com as normas vigentes na UFOP e que os recursos interpostos sobre a criação do curso e do
91 departamento foram indeferidos pelo CUNI e pelo CEPE. O Prof. Alberto pediu que o
92 Presidente compartilhe a ata da reunião do CEPE que solicitou a retirada do assunto de pauta.
93 Colocadas em votação, as alterações no Projeto Político-pedagógico do curso de Engenharia
94 Urbana sugeridas pela PROGRAD foram aprovadas com três votos contrários e cinco
95 abstenções. **2. Análise e deliberação sobre decisões *ad referendum* da Presidência deste**
96 **Conselho. Provisão CDEM 369**, de 25 de maio de 2016, convalidada pelas Provisões CDEM
97 370, de 03 de junho de 2016, e 372, de 13 de junho de 2016, que aprovou *ad referendum* do
98 mesmo Conselho a indicação do Prof. Clécio Magalhães do Vale para substituir o Prof.
99 Antônio Clésio Ferreira na comissão de avaliação em estágio probatório do Prof. Maurício
100 Leonard de Souza. Colocada em votação, a Provisão foi aprovada por unanimidade. **Provisão**

Σ

**ATA DA 1373ª REUNIÃO DO CONSELHO DEPARTAMENTAL DA ESCOLA DE
MINAS REALIZADA EM 14 DE JUNHO DE 2016**

101 **CDEM 371**, de 08 de junho de 2016, que aprovou *ad referendum* do mesmo Conselho a
102 substituição da Prof.^a Sulamita Fonseca Lino pelo Prof. Tito Flávio Rodrigues de Aguiar e a
103 inserção da Prof.^a Cláudia Maria Arcipreste na comissão de avaliação em estágio probatório
104 da Prof.^a Patrícia Thomé Junqueira Schettino. Colocada em votação, a Provisão foi aprovada
105 por unanimidade. **3. Análise e deliberação sobre Resolução CDEM nº 564.** O Presidente
106 esclareceu que no dia 24/05/16 foi aprovado por este Conselho o relatório final sobre o
107 concurso do DEMET, o que gerou a Resolução CDEM nº 564, que chegou a ser publicada na
108 página de concursos da UFOP. Entretanto, não havia transcorrido o prazo de dez dias para
109 interposição de recurso de mérito (conforme consta no item 8.1 do edital 55/2015), o que
110 torna a referida Resolução sem efeito. Como se trata de concurso, ela não pode ser anulada
111 por *ad referendum*. Sendo assim, é necessário que este Conselho aprove a revogação da
112 Resolução CDEM nº 564. Colocada em votação, a deliberação de revogar a Resolução CDEM
113 564 foi aprovada por unanimidade. **4. Análise e deliberação sobre relatório final de**
114 **concurso público do DEMET.** O Prof. Cláudio leu o relatório final da comissão. Colocado
115 em votação, o relatório foi aprovado por unanimidade. **5. Análise e deliberação sobre**
116 **relatório final de concurso público do DEPRO, área: Planejamento Energético.** O Prof.
117 José Geraldo leu o relatório final da comissão de avaliação. Colocado em votação, o relatório
118 foi aprovado por unanimidade. **6. Análise e deliberação sobre o Regimento Interno do**
119 **Centro de Pesquisa e Tecnologia/Escola de Minas – CPTEC.** O Presidente informou que a
120 secretaria não recebeu nenhuma contribuição dos departamentos. O Prof. Alberto parabenizou
121 a direção pela iniciativa, porque acha importante uma unidade prever um órgão interno para
122 tratar desse tema. Disse que está sendo proposta uma mini PROPP ou mini PROEX dentro da
123 Escola de Minas e outras unidades também estão caminhando nesse sentido. Afirmou ser
124 favorável à proposta, mas é preciso haver uma articulação intensa com a PROPP, porque as
125 agências de fomento não terão acesso direto ao CPTEC e as propostas não podem sair do
126 CPTEC sem passar pela PROPP. Sugere que seja incluída uma articulação com a PROPP. O
127 Prof. Cláudio parabenizou pela elaboração do texto, que ficou muito bom. Informou que
128 alguns professores do DEMET se reuniram e discutiram o assunto. Sobre o capítulo 5, art. 33,
129 parágrafo único, eles entendem que a decisão de adesão deve passar pelas respectivas
130 assembleias departamentais. O Presidente explicou que o CPTEC não tem nenhuma
131 ingerência sobre os recursos humanos nos departamentos. Como pretende ser um centro de
132 apoio aos departamentos e laboratórios, foi entendido que os laboratórios fariam parte
133 automaticamente, e os que não quisessem, solicitariam a saída. O Prof. Cláudio replicou que
134 os professores do departamento entenderam o contrário. O Prof. Alberto afirmou ser difícil
135 normatizar sobre algo que tem tantas questões abertas. Questionou se isso é definitivo e se
136 será implantado imediatamente após a votação, pois na prática surgirão barreiras
137 administrativas. O Presidente respondeu que o CPTEC vem no bojo da instalação do ITV
138 dentro do campus e que as dificuldades deverão ser enfrentadas pela EM e pela administração
139 superior. O Prof. Alberto disse não saber que a motivação era essa e questionou por que esse
140 procedimento foi considerado importante para o ITV e não para o Igeo, que também não faz
141 parte da UFOP. O Presidente disse que o Igeo é de outra natureza e de menor monta. O Prof.
142 Alberto sugere incorporar o Igeo ao CPTEC. O Presidente disse que isso não está no
143 regimento. O Prof. Cláudio leu o Art. 33 e considera que a adesão deve ser discutida na
144 assembleia do departamento, o qual deve ser responsável pela adesão. O Prof. Francisco de
145 Assis informou que no DECIV isso não foi discutido, por isso se abstém da discussão. A
146 Prof.^a Rosa considera a execução disso muito difícil, pois parece muito burocrático, e
147 registrou suas impressões gerais sobre a proposta. Questionou se a submissão de projetos será
148 através da PROPP, como será gerido e com qual recurso. O Prof. Alberto apresentou uma
149 proposta de encaminhamento: que o regimento seja submetido à câmara de infraestrutura da
150 PROPP. O Presidente argumentou que, no seu entendimento, deveria ser aprovado por este

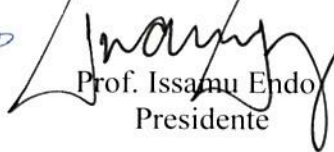
Σ

**ATA DA 1373ª REUNIÃO DO CONSELHO DEPARTAMENTAL DA ESCOLA DE
MINAS REALIZADA EM 14 DE JUNHO DE 2016**

151 Conselho e homologado pelas instâncias superiores, mas o CUNI entendeu de outra forma e, à
152 medida que começar a funcionar, haverá interação com outras instâncias. O Prof. Marco
153 Antônio considera a estrutura muito verticalizada, mas admite ser uma maneira de dar início
154 ao processo. O Presidente alegou que é preciso aprovar para que o diretor do CPTEC cuide da
155 parte administrativa. Lembrou que haverá uma mudança na administração superior da UFOP
156 no fim deste ano e em março de 2017 esse centro já deverá estar funcionando. Registra-se a
157 saída do Prof. Carlos Alberto. O Prof. Romero disse que o grande mérito dessa proposta é
158 criar um posicionamento diferente do atual e que o departamento deve definir pela sua
159 incorporação ao CPTEC. Registra-se a saída do Prof. Francisco de Assis. O Prof. Hermínio
160 registrou que essa proposta é uma tentativa de resolver os problemas relacionados aos
161 laboratórios e que a universidade tem muito a ganhar com essa iniciativa. O Prof. Alberto
162 afirmou que a iniciativa é excelente, mas ainda considera que seria pertinente uma consulta à
163 PROPP para verificar como se dariam as articulações com outras instâncias. O Presidente
164 reiterou ser necessário um diretor executivo do CPTEC para fazer essas articulações e para
165 pensar globalmente as questões. O Prof. Geraldo propõe votar e, caso a PROPP e o GECON
166 proponham mudanças, que se discuta novamente o assunto. O Presidente resumiu a proposta:
167 aprovar o regimento, incorporando as sugestões de adesão espontânea dos departamentos e de
168 que esteja prevista a articulação com a PROPP e o GECON. Colocado em votação, o
169 regimento foi aprovado com duas abstenções. **7. Análise e deliberação sobre o recurso do**
170 **Prof. Jonas Durval Cremasco contra decisão da ADDEPRO.** O Presidente explicou que o
171 Prof. Jonas entrou com um recurso por um problema de publicidade e transparência de uma
172 convocação do DEPRO. Isso atenta contra os princípios da administração pública. Resumiu o
173 teor do recurso e propôs montar uma comissão especial para avalia-lo e trazer a análise na
174 próxima reunião. O Prof. Marco Antônio considera não ser caso para comissão e sim para
175 deliberação por este Conselho. O Presidente considera que uma comissão poderia fazer uma
176 análise mais detalhada. O Prof. Geraldo alegou que esse assunto está ligado ao item 8 da
177 pauta. Se esse item não for analisado aqui, não se pode discutir o item 8. Registra-se a saída
178 da Prof.^a Irce. Colocada em votação, a proposta de criação da comissão foi aprovada por
179 unanimidade. Por consequência, o Presidente retirou o item 8 da pauta. **8. Outros assuntos.**
180 Não houve manifestações. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de
181 todos e deu por encerrada a reunião. Para constar, lavrou-se a presente ata que será assinada
182 pela secretária e pelo Presidente. Ouro Preto, quatorze de junho de dois mil e dezesseis.



Érica Cristina dos Santos
Secretária



Prof. Issamu Endo
Presidente